

## DÍVIDA EXTERNA

02 NOV 1990

# País deve ter acordo para juros

**A proposta dos bancos credores deve repetir o acerto parcial feito por Bresser em 1987**

**PAULO SOTERO**  
Correspondente

WASHINGTON — Os bancos credores devem propor ao Brasil, na semana que vem, um acordo de curto prazo para resolver o problema dos juros atrasados. Segundo fontes bem informadas, a proposta deverá seguir o mesmo padrão do acerto parcial negociado no segundo semestre de 1987 pelo então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, para encerrar a

moratória decretada em fevereiro daquele ano.

No arranjo de 1987, o Brasil assumiu o pagamento de um terço dos juros em atraso e os bancos re-financiaram o restante, concedendo ao País um empréstimo por um ano. Esse crédito foi incorporado no reescalonamento de longo prazo assinado por Mailson da Nóbrega em setembro de 1988, que acabaria não sendo cumprido em sua totalidade por causa do fracasso do Plano Verão.

Executivos dos 22 bancos que integram o comitê representativo dos credores privados reuniram-se ontem em Nova York para analisar a proposta. A oferta dos bancos não

tratará diretamente dos termos da proposta de negociação que o governo brasileiro apresentou em Nova York, no dia 11 de outubro. Os credores classificaram a proposta de “não aceitável como base para negociação”. Nesse ponto, a resposta dos bancos ao Brasil, que já foi dada em linhas gerais num documento de uma página intitulado Princípios para a Negociação, deverá ser detalhada, agora, num relatório preparado pela subcomissão de economia dos bancos credores, que esteve em Brasília há duas semanas.

O relatório é a resposta à exposição que o secretário de política econômica do governo, Antônio Kandir,

fez aos banqueiros, em Nova York, para justificar o novo conceito de capacidade de pagamento, ligado ao saldo fiscal, que está por trás da proposta brasileira.

No discurso que fez diante do comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), no final de setembro, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, disse que o Brasil estava em busca de um acordo “definitivo” e não contemplaria soluções temporárias calculadas para melhorar os números dos livros de contabilidade dos bancos. Esse é, precisamente, um dos objetivos da proposta que os bancos pensam fazer ao governo na semana que vem.